

# CORREIO NACIONAL



Iniciativas pretendem aproximar pacientes dos exames

## Campanha alerta para riscos da diabetes à visão

Campanha de conscientização do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) alerta para os riscos aumentados que os portadores de diabetes tem de desenvolver a retinopatia diabética, doença que pode causar a perda parcial ou total de visão. Segundo o CBO há estudos que indicam que 4 em cada 5 pacientes crônicos tem risco de comprometimento por retinopatia em algum grau. A doença afeta os vasos sanguíneos da retina, alvo principal nesta campanha.

### Vacinação contra pneumococo

Duas consultas públicas continuam abertas até o dia 11 de novembro para que a população possa opinar sobre a incorporação à rede pública de vacinas que ampliam a proteção contra a bactéria responsável pela pneumonia, o pneumococo. A bactéria em questão está associada a doenças

Durando todo o mês de novembro, a mobilização promovida pela CBO começou no sábado (1º), com uma maratona online de conscientização e o início de um calendário de mutirões de atendimentos em diversas regiões do país, voltados ao diagnóstico e ao tratamento precoces. Os mutirões, organizados por município, podem ser pesquisados pelo site da campanha. A diabetes é uma das principais doenças crônicas do país, e atinge mais de 16 milhões de pessoas.

graves, como a meningite pneumocócica. Os grupos mais vulneráveis às infecções são crianças de até cinco anos e pessoas com 19 condições clínicas que afetam a imunidade, entre elas o diabetes, o câncer e o HIV. Pacientes transplantados também entram neste grupo de gravidade.

### Metanol: nove estados investigam

O boletim divulgado nesta sexta-feira (31) pelo Ministério da Saúde aponta que nove estados investigam casos de intoxicação por metanol. No total, são 45 registros em análise no país. Além de São Paulo - o estado com maior número de casos confirmados e nove sob investigação, oito estados têm

notificações suspeitas da intoxicação: Pernambuco (20), Piauí (5), Paraná (4), Mato Grosso (2), Rio de Janeiro (2), Bahia (1), Mato Grosso do Sul (1) e Tocantins (1). Até o momento, o país têm 59 casos confirmados. A maioria está concentrada no estado de São Paulo, que registra 46 confirmações.

### Página especial do Novembro Negro

Devido ao mês de novembro, em que o Brasil celebra o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, o Ministério da Igualdade Racial lançou no sábado, o hotsite que amplia a visibilidade das atividades que valorizam o legado e as lutas da população negra por todo território nacional. Parte

da Campanha Brasil pela Igualdade Racial, o tema de 2025 é “Justiça Climática, Território e Dignidade”. A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, destaca a capacidade dinâmica, engajadora e colaborativa da plataforma como um recurso de reconhecimento da contribuição da identidade.

### Operação Fronteira RFB

Terminou na sexta a edição de 2025 da Operação Fronteira RFB. Nos 11 dias de operação, mais de 400 servidores da Receita Federal e centenas de agentes de órgãos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal agiram em conjunto para coibir a entrada e comércio de

produtos ilegais. Os resultados preliminares apontam que foram retirados de circulação mais de R\$ 120 milhões em mercadorias ilegais, conforme detalhou o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, que ressaltou a cooperação entre os órgãos.

### Novo supercomputador é ‘batizado’

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) anunciam nesta sexta-feira (31) o nome escolhido para o novo supercomputador do Instituto: Jaci, em homenagem à deusa da Lua na mitologia tupi-guara-

ni, companheira de Tupã, nome do antigo supercomputador. A escolha foi feita por meio de uma votação aberta à sociedade, feita pelas redes sociais do MCTI e do Inpe, de 16 a 26 de outubro. Foram mais de 2 mil votos e quatro opções de nomes.

# Convívio entre gerações é receita contra etarismo

Entre idosos, esse preconceito impacta saúde física e mental

O etarismo é o preconceito, a discriminação baseada na idade, principalmente em relação às pessoas idosas, que se manifesta em diferentes contextos da vida cotidiana. Isso se traduz, por exemplo, no trabalho, na exclusão de profissionais mais velhos em processos seletivos e na falta de oportunidade de capacitação. Esse tipo de situação também acontece na saúde, quando profissionais desautorizam a queixa do idoso ou a associam simplesmente a sintomas da idade, alegando que isso é normal para a faixa etária do paciente e não deve ser valorizado.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a proporção de idosos (pessoas com 60 anos ou mais) na população brasileira vem aumentando. De 2000 a 2023, esse percentual quase duplicou, subindo de 8,7% para 15,6%. Em números absolutos, o total de idosos no país aumentou de 15,2 milhões para 33 milhões no período. Segundo as Projeções de População do IBGE, em 2070, os idosos representarão quase 40% (37,8%) dos habitantes do Brasil. Serão 75,3 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade no país. Presidente do Departamento de Gerontologia da Sociedade Brasileira de Geriatria e



Dados do IBGE indicam que a proporção de idosos na população brasileira aumentaram

Gerontologia (SBGG), a fisioterapeuta Isabela Azevedo Trindade diz que, nos meios de comunicação, são comuns representações estereotipadas de idosos como frágeis, dependentes, incapazes. “Na própria relação social familiar, [observam-se] a infantilização, a superproteção ou a desconsideração da autonomia da pessoa idosa.” Ela acrescenta que, muitas vezes, a pessoa idosa acaba incorporando o preconceito, acreditando que é sinônimo de perda, de incapacidade. “Trata-se de um problema social, que impacta a saúde física e mental da pessoa. Ele favore-

ce o isolamento social, induz ao não engajamento em atividades produtivas, perpetua a ideia de que o envelhecimento é algo negativo. Isso é muito ruim”, aponta Isabela. Na visão da especialista, combater o etarismo é uma forma de valorizar o envelhecimento como uma parte natural da vida, de se construir uma sociedade para todas as idades. Para combater o etarismo, segundo a especialista, a receita é promover o relacionamento intergeracional, valorizando o convívio e a troca entre gerações. “[É preciso] incluir a pauta

do envelhecimento nos meios de comunicação, mostrando idosos ativos, produtivos; capacitar profissionais da saúde, reconhecer e evitar atitudes etaristas; fomentar políticas públicas que garantam a inclusão social e a empregabilidade de pessoas idosas, estimulando uma mudança cultural”, enumera Isabela Azevedo. Procurar ter uma longevidade saudável tem muito a ver com a forma como a pessoa vai envelhecer. Ela deve procurar fazer atividade física, ter alimentação saudável, sono adequado em todas as fases da vida, destaca a especialista.

## Brasil tem 358 mil pessoas em situação de rua

A população em situação de rua no Brasil era de 358.553 pessoas no mês de outubro, segundo levantamento do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com População em Situação de Rua (OBPopRua), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O levantamento indica predominância nos estados do Sudeste. No estado de São Paulo, estão 148.730 pessoas em situação de rua, das quais na capital 99.477 vivem na capital. Os estados do Rio de Janeiro, com 33.081 pessoas, e de Minas Gerais, com 32.685, vem em segundo e terceiro lugar no levantamento. As três unidades federativas (UF) respondem por cerca de 60% da população de rua do país.

O levantamento considera dados da plataforma CadÚnico, que centraliza os registros de assistência social a partir dos municípios.

As três UFs da região Sul aparecem pouco abaixo no levantamento, embora com grande diferença em números absolutos, assim como Bahia, Ceará e Roraima:

Paraná: 17.091 pessoas em situação de rua; Bahia: 16.603; Rio Grande do Sul: 15.906; Ceará: 13.625; Santa Catarina: 11.805; Roraima: 9.954 pessoas.

O estado do Norte do país surpreende por ter mais pessoas em situação de rua do que o Distrito Federal, Pernambuco e Amazonas, entre outros estados com populações maiores e maior número de grandes cidades.

Para efeito de comparação, a capital de Roraima, Boa Vista, tem menos de 500 mil moradores, enquanto Brasília, Recife e Manaus têm mais de um milhão e meio de habitantes.



Política nacional de humanização do luto expõe carência de psicólogos

## O importante acolhimento para pais no luto por bebês

A ausência de atendimento para famílias enlutadas depois de perderem um bebê na gestação, no parto ou logo depois do nascimento, pode desencadear casos de depressão e ansiedade e pressionar o já sobrecarregado sistema de saúde. A avaliação é da diretora da organização não governamental Prematuridade, Denise Suguitani. Há 11 anos, a instituição oferece acolhimento às mães, pais e avós que vivem o luto materno parental. “O nosso entendimento é que essas famílias, quando não são acolhidas, geram uma demanda para o sistema do ponto de vista de saúde mental”, informou Suguitani, cuja instituição atua com foco em bebês prematuros, uma das principais causas de morte neonatal. “Se as famílias não são acolhidas naquele primeiro momento adequadamente, para poder processar o luto, isso vai se acumulando e gera demandas de atendimento, de internação, que poderiam ser minimizadas”, completou

a diretora. O atendimento psicológico após a alta hospitalar, a ser realizado, preferencialmente, na residência da família enlutada ou na unidade de saúde mais próxima, é uma das recomendações da nova Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental, em vigor desde agosto, mas que ainda esbarra em falta de profissionais. Em Roraima, atuando também como suporte da organização Amada Helena, Janynnie Matos de Freitas, confirma essa realidade. Ela esteve, recentemente, na casa de duas mães enlutadas. “Eu fui conversar, orientei, falei sobre o atendimento online das nossas entidades, mas também do serviço de psicologia do programa de saúde da família. No hospital, a demanda é alta, e o atendimento é difícil”, informou. Ela defende que a política seja uma realidade em todo o país. “A gente sabe que a estratégia de saúde da família tem trabalhado muito essa questão

[da necessidade do atendimento psicológico] junto com a assistência social, mas ainda é pouco”, avaliou Janynnie, que já foi uma mãe enlutada. “Pai, avô, avó, a família toda sofre”, reforçou. De acordo com profissionais da saúde, o atendimento humanizado para famílias em luto, desde a perda, reduz o sofrimento psicológico de longo prazo. Nesse aspecto, outros pontos da lei que criou a política nacional também ajudam, como a investigação do motivo da perda ou do óbito, a possibilidade de se despedir, de registrar ou de enterrar os bebês. “A despedida mais respeitosa, na qual os pais tenham apoio para criar lembranças afetivas, tais como fotos, ou possam guardar digitais, o cordão umbilical ou uma mantinha, sempre respeitando os limites e desejo de cada um”, são importantes para as famílias, explicou, em nota, a psicóloga especializada em saúde mental perinatal, Marisa Sanchez.